

UM PATRIMÔNIO AMEAÇADO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 02.11.1980

A crise econômica brasileira, definida a partir do endividamento externo e da taxa de inflação, está encontrando na Universidade um de seus bodes expiatórios preferidos. Diante de uma crise econômica a solução clássica é a redução na taxa de lucros e a queda nos salários. A taxa de salários felizmente está relativamente defendida pela lei de salários e principalmente pela capacidade de organização dos trabalhadores. A taxa de lucros foi defendida através da elevação do patamar de inflação de 50 para 100 por cento. O total de lucros e salários estão sendo defendidos pela manutenção da taxa de crescimento da economia em nível elevado (tudo indica que neste ano o produto interno crescerá cerca de 8 por cento, embora se pretendesse crescer apenas 5 por cento). Dentro desse quadro, e dada à necessidade inerente às crises econômicas de fazer com que alguns setores ou algumas classes paguem a conta do combate à inflação, os escolhidos parecem ser de um lado as camadas médias que recebem ordenados (os tecnoburocratas) e de outro a Universidade.

O Ministro da Educação vem nos apresentando um quadro negro dessa crise. De repente não há verbas para a educação e principalmente a educação superior. As verbas sempre haviam sido insuficientes, mas é certo que aquela parte da educação superior coberta pelos subsídios do estado contavam com um volume razoável de recursos. De repente recursos começam a faltar.

Um exemplo dramático desse fato vem ocorrendo com a Fundação Getúlio Vargas, e particularmente com a sua Escola de Administração de Empresas de São Paulo. A decisão final sobre o fechamento ou não do seu Curso de Graduação em Administração de Empresas está em vias de ser tomada. A decisão inicial do Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas está agora sendo reexaminada por esse próprio Conselho, no

Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que o Conselho Federal de Educação é também chamado a dar seu vê-redito sobre o problema.

O reexame do assunto pelo Conselho Diretor da Fundação explica-se porque a Escola, em São Paulo, preparou um plano alternativo, que é muito mais favorável para as finanças da Fundação, mantendo o curso diurno, e criando cursos adicionais de especialização em nível de pós-graduação. O déficit da Escola, em 1981, em cruzeiros desse ano seria, caso nada alterasse, de 236 milhões de cruzeiros. Com o simples fechamento do curso de graduação desceria para cerca de 217 milhões de cruzeiros. Se adotado o plano alternativo proposto pela Escola, esse déficit diminuirá para aproximadamente 129 milhões de cruzeiros. Este déficit operacional, para uma Escola de alto nível, que abriga quase 3 mil alunos, é perfeitamente razoável. Se não houvesse déficit ela estaria se transformando em uma escola-empresa.

Mas o resultado do problema explica-se também e principalmente pela importância desse curso para a sociedade brasileira. O grande prestígio que a Fundação Getúlio Vargas goza em São Paulo deriva principalmente desse curso. Os cursos de especialização e de mestrado, além do curso de Administração Pública, são também fontes de prestígio, mas muito menores. É importante ainda assinalar que não é apenas em São Paulo ou no Brasil que este curso de Graduação em Administração de Empresas é tido como um dos cursos dessa natureza de primeiro nível em escala internacional. A Escola mantém, inclusive, convênio com a principal escola inglesa e a principal escola francesa de administração de empresas em nível de graduação para troca de alunos e reconhecimento de créditos.

Dentro desse quadro não deixa de ser surpreendente que a simples hipótese de fechamento de um curso dessa natureza seja aventada. A sociedade civil tem se manifestado a respeito. Os empresários consultados, os governadores e políticos entrevistados, as famílias ouvidas sempre revelam surpresa e mesmo incredulidade diante da idéia do fechamento do curso. “Deve ser brincadeira”, dizem alguns. “É uma jogada política” dizem outros. Mas não é nem brincadeira nem uma jogada política. Diante da crise financeira que atinge a Fundação Getúlio Vargas, o seu Conselho Diretor, em parte mal informado sobre a importância do curso, dada a distância que o separa de São Paulo, em parte procurando resolver a seu ver da melhor forma um problema real que é a crise

financeira da instituição, tomou a decisão de fechá-lo e oficiou o Conselho Federal de Educação.

É possível, agora, diante dos fatos novos, diante do plano alternativo, diante das manifestações de apoio, diante das promessas de suporte financeiro de muitas empresas, que essa decisão seja revista. É possível que o Conselho Federal de Educação ajude o Conselho Diretor a rever a decisão. É possível que os órgãos do governo responsáveis direta ou indiretamente por verbas para a educação e a pesquisa, ainda que também em dificuldades, dêem o seu necessário apoio.

Mas é preciso não ter dúvida a respeito de um fato: ou a sociedade civil de São Paulo se manifesta, mais claramente, com mais ênfase, com mais vigor, ou estaremos sujeitos a destruir um patrimônio educacional e cultural inestimável. Os professores e diretores da Escola já fizeram o que era razoavelmente possível para reduzir o déficit. Agora cabe à sociedade civil fazer valer seu ponto de vista junto ao estado, a quem caberá, em última análise a decisão final sobre o assunto.

Todo o processo de abertura política foi um processo em que a sociedade civil solicitou e solicita maior voz. É preciso agora fazer valer essa voz. Esta Escola e este Curso de Graduação são importantes sob múltiplos aspectos: sob um ponto de vista meramente econômico (a necessidade de formar administradores competentes); sob um ponto de vista cultural (a necessidade de aprofundar o conhecimento administrativo dentro do clima de liberdade e de crítica que prevalece na Escola graças principalmente a seu Curso de Graduação), sob o ponto de vista da sociedade civil (a necessidade de preparar adequadamente seus filhos e a necessidade de administrar suas empresas).

O estado sabe dessa importância e provavelmente será afinal capaz de reconhecê-la. Mas a sociedade civil também precisa participar e influir nesse processo de reconhecimento. Caso contrário a abertura, que significaria maior poder para a sociedade civil, perderá grande parte do sentido. Se democracia é participação no poder, esta só existe quando este poder é realmente exercido.

O Curso de Graduação é realmente a alma da Fundação Getulio Vargas em São Paulo. É nele que se realiza, de forma contraditória e aberta, a formação de uma parte significativa

da classe dirigente brasileira. Seus alunos estão certamente destinados a posições de mando neste país. E recebem para isso uma formação ampla, crítica que alia a técnica à cultura geral, que legitima o sistema e ao mesmo tempo o critica.

A liquidação desse curso não apenas transformará os corredores da Escola, durante o dia, em uma casa mal-assombrada, vazia, cheia apenas de recordações. Representará também um golpe profundo, irreparável, na Escola como um todo e no patrimônio de cultura técnica, de cultura científica, de cultura crítica que ela representa hoje.(02/11/80)